

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS DE CONTABILIDADE EXIGIDOS EM CONCURSOS PÚBLICOS FEDERAIS E ESTADUAIS DE 2013 A 2022

ACCOUNTING SUBJECTS REQUIRED IN FEDERAL AND STATE RECRUITMENTS THROUGH PUBLIC EXAMINATIONS FROM 2013 TO 2022

JOÃO VICTOR FERREIRA DA SILVA

Universidade de Brasília (UnB). E-mail: jvictor1804@gmail.com

EDUARDO BONA SAFE DE MATOS

Universidade de Brasília (UnB). E-mail: eduardobona@unb.br

LILIAN MENDES FIGUEIREDO

Universidade de Brasília (UnB). E-mail: lilifigueiredo@yahoo.com.br

Resumo: A contabilidade é um importante conhecimento exigido para a atuação profissional em diversas esferas da administração pública. Nesse sentido, tal área representa um peso relevante nos conteúdos cobrados em concursos públicos, mesmo quando não exigida a formação superior em Ciências Contábeis. Portanto, o objetivo da pesquisa é identificar, classificar e analisar os conteúdos programáticos de Ciências Contábeis existentes nos concursos públicos federais e estaduais, em que não se exigiu formação superior específica em contabilidade. Para tanto, foram utilizadas as provas de concursos públicos finalizados pela banca Cespe/Cebraspe entre os anos de 2013 e 2022. Com isso, foram selecionados para a amostra 754 itens/questões de contabilidade. Por meio de análise de conteúdo, as questões foram classificadas de acordo com as áreas da contabilidade e suas subcategorias. Como resultado, a Contabilidade Pública (29%) e a Contabilidade Financeira (28%) foram as áreas exigidas com maior frequência. A subcategoria mais representativa da amostra é a de Escrituração contábil, normas contábeis e fiscais (24,1% de toda a amostra). Diferentemente de análises em outras áreas, conclui-se que os conhecimentos de contabilidade exigidos nas provas de concursos públicos são relacionados às atribuições dos servidores da administração pública, mesmo àqueles não formados na área. Contribui-se de forma prática e didática ao apresentar um guia para possíveis candidatos e examinadores, assim como contribui-se teoricamente ao defender as cobranças em contabilidade como modelos para conexão entre conteúdos e práticas profissionais na administração pública.

Palavras-chave: Concursos públicos. Exigências programáticas de contabilidade. Áreas da contabilidade. Cespe. Cebraspe.

Abstract: Accounting is an important knowledge required for professional performance in several areas of public administration. In this regard, accounting has a relevant representation on the content required in public examinations, even when a graduation degree in Accounting is not required. Therefore, the objective of

the research is to identify, classify and analyze the subjects of Accounting in federal and state public examinations, in which specific higher education in accounting was not required. For this purpose, public examination tests finalized by the Cespe/Cebraspe board between 2013 and 2022 were used. Thus, 754 accounting items/questions were selected for the sample. Through content analysis, the questions were classified according to the areas of accounting and their subcategories. As a result, Public Accounting (29%) and Financial Accounting (28%) were the most frequently areas required. The most relevant subcategory was Accounting records, accounting and tax standards (24.1% of the entire sample). Unlike analyses in other areas, it is concluded that the accounting knowledge required in public examinations is related to the duties of government employees, even those who are not graduated in the area. It contributes in a practical and didactic way by presenting a guide for potential candidates and examiners, as well as contributing theoretically by defending accounting requirements as models for connecting content and professional practices in public administration.

Keywords: Public examination. Accounting subjects requirements. Areas of accounting. Cespe. Cebraspe.

1 INTRODUÇÃO

A Contabilidade exerce papel fundamental na gestão governamental. Nesse sentido, as informações disponibilizadas por meio de relatórios financeiros e patrimoniais são elementos importantes para a tomada de decisão na administração pública, assim como para a responsabilização (*accountability*) e para a transparência (COELHO; CRUZ; PLATT NETO, 2011; NASCIMENTO, 2022).

A Constituição Federal garante o exercício da fiscalização contábil, com relevância para essa função na esfera da administração pública brasileira sem trazer restrição desse papel aos contadores. Com isso, a utilização de instrumentos operacionais que possibilitam aprimorar a responsabilidade na gestão fiscal torna-se cada vez mais relevante para os gestores públicos em qualquer área de formação. Dessa forma, conhecimentos de contabilidade representam uma ferramenta importante para garantir a transparência das contas dos entes públicos e de seus órgãos da administração direta e indireta (COELHO; CRUZ; PLATT NETO, 2011).

Ao considerar tal importância, os conteúdos relacionados à Contabilidade estão presentes em diversos editais de concursos públicos no Brasil, mesmo naqueles cargos em que não se exige formação específica em Ciências Contábeis (FREIRE *et al.*, 2012).

Isso faz com que a carreira pública em contabilidade figure entre as principais áreas de interesse de atuação dos profissionais contábeis (FERREIRA *et al.*, 2020; MAGALHÃES *et al.*, 2022; MIRANDA; ARAÚJO; MIRANDA, 2015; PANUCCI-FILHO, 2012).

A importância, interseccionalidade e relevância da contabilidade representa, portanto, campo para pesquisas, uma vez que seus conteúdos estão presentes em diferentes eventos avaliativos, principalmente em eventos avaliativos para ingresso de pessoas no setor público (FREIRE *et al.*, 2012; NASCIMENTO, 2022).

A análise de conteúdos de contabilidade já foi realizada em eventos avaliativos, sob diferentes enfoques. Entre os principais eventos alvo de análise, estão o ENADE – Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – e o Exame de Suficiência do CFC – Conselho Federal de Contabilidade – (LORENZET; BIANCHI; MOSER, 2023; NASU, 2021; OLIVEIRA *et al.*, 2019; SILVA *et al.*, 2024). Ambos os exames são voltados para o público contábil, seja de estudantes, seja de interessados em poder atuar na área. Já os concursos públicos, apesar de apresentarem também exigências específicas de formação em contabilidade, podem exigir formações gerais, porém com a incorporação de conhecimentos de contabilidade, reforçando a relevância do tema para a atuação no setor público (FREIRE *et al.*, 2012; NASCIMENTO, 2022).

Apesar da relevância da área pública para o campo de atuação da contabilidade, a literatura acadêmica brasileira apresenta um número limitado de estudos que buscam verificar os conteúdos de contabilidade presentes em provas de concurso público (FREIRE *et al.*, 2012), seja em cargos com exigência de formação contábil ou não. Nesse sentido, objetivou-se, nesta pesquisa, **identificar, classificar e analisar os conteúdos programáticos de Ciências Contábeis existentes nos concursos públicos federais e estaduais em que não se exigiu formação superior específica em contabilidade.**

Para isso, ao se compreender que as bancas possuem um perfil singular (MACÊDO *et al.*, 2016), a amostra foi composta pelas provas de concurso aplicadas pelo Cespe/Cebraspe em decorrência da sua relevância no âmbito nacional para aplicação de concursos no período de 2013 a 2022 (FONTAINHA *et al.*, 2015; FREIRE *et al.*, 2012). Após a seleção dos eventos, realizou-se análise de conteúdo (BARDIN, 2015) por meio da classificação em categorias e subcategorias representativas da contabilidade (OLIVEIRA, 2002).

A seleção de eventos com conteúdo de contabilidade e sem a exigência de diploma específico representa um diferencial que reforça a importância da área e de suas subáreas para a atuação na esfera pública (NASCIMENTO, 2022). Diante do exposto, o presente artigo contribui e apresenta relevância para diferentes interessados, como os candidatos a concursos públicos em geral, visto que este estudo busca identificar os principais conteúdos de contabilidade exigidos em concursos públicos abertos para qualquer área de formação.

Além disso, contribui-se para a própria esfera pública e para o campo do conhecimento contábil ao se levantar conteúdos que são, na visão da banca, relevantes para a área de atuação. Nesse sentido, os órgãos públicos podem compreender e refletir se seus enfoques estão de acordo com o que a sociedade espera no âmbito público brasileiro.

O presente estudo também contribui para a literatura acadêmica e para a qualidade das seleções públicas, visto que pesquisas anteriores demonstram que há uma desconexão entre os conteúdos cobrados nas provas de concursos públicos e as atribuições do servidor (FONTAINHA

et al., 2015; LEAL; SILVA; DALMAU, 2014; OLIVEIRA; CASTRO JUNIOR; MONTALVÃO, 2022).

Apesar da desconexão entre os conteúdos e a prática profissional identificada em outras áreas, nesta pesquisa os resultados demonstram que os conteúdos de contabilidade exigidos nos certames analisados estão diretamente ligados às competências dos cargos na administração pública. Assim, é arrazoadada a relevante demanda de conhecimentos de Ciências Contábeis para cargos de não contadores.

Para alcançar o objetivo do estudo, apresentado nesta introdução, a pesquisa é apresentada da seguinte forma. Na próxima seção são discutidos temas relacionados aos concursos públicos e ao papel da contabilidade na administração pública, assim como uma discussão das áreas da contabilidade. Na terceira seção são apresentados os procedimentos metodológicos, seguidos pela apresentação e discussão dos resultados. Por fim, são apresentadas as considerações finais do estudo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Áreas da Contabilidade e seus papéis na Administração Pública

Atualmente a contabilidade transcende sua função inicial de mera ferramenta de escrituração, restrita ao registro de fatos e cumprimento de obrigações fiscais. Ela contribui como um instrumento eficaz para avaliar o desempenho de uma entidade ou de seus gestores e desempenha um papel fundamental na tomada de decisões econômico-financeiras e na prestação de contas perante a sociedade (IUDÍCIBUS; MARTINS; CARVALHO, 2005).

Nesse contexto, o profissional da área contábil possui como uma de suas principais atribuições a geração de informações relevantes aos usuários, com a finalidade de apoiar a tomada de decisão dos diversos interessados (GUERREIRO; FREZATTI; CASADO, 2006). Considerando seu papel informativo, a contabilidade proporciona uma variedade de áreas de atuação, tanto no setor público como no setor privado (SANTOS *et al.*, 2019).

Embora haja uma compreensão sobre as diversas formas de atuação do profissional de contabilidade, a literatura ainda não fornece uma definição única das áreas específicas da disciplina. Mesmo com similaridades e diferenças entre as classificações de áreas, não se entende que estejam incorretas, mas sim que são visões diferentes e com objetivos de classificação também distintos. Isso demonstra a amplitude de possibilidades de atuação que um profissional contábil pode ter e a vastidão científica da área. Nesse sentido, apresenta-se, no Quadro 1, algumas possibilidades de classificações temáticas das áreas da Contabilidade.

Quadro 1 - Áreas da Contabilidade com base nas pesquisas anteriores

Oliveira (2002)	Cornachione Jr. <i>et al.</i> (2007)	Schiavi e Behr (2020)	Villiers & Hsiao (2018)
- Auditoria Externa e Interna - Contabilidade de Custos - Contabilidade e Mercado de Capital - Contabilidade Financeira - Contabilidade Gerencial - Contabilidade Internacional - Contabilidade para Empresas - Contabilidade para Tipos Específicos de Organizações - Contabilidade Pública, Orçamento Público e Finanças Públicas - Contabilidade Social e Ambiental - Contabilidade Tributária - Educação e Pesquisa Contábil - Exercício Profissional - História da Contabilidade - Perícia Contábil - Teoria da Contabilidade - Outros	- Contabilidade Financeira - Contabilidade Gerencial - Contabilidade Governamental - Finanças, Mercado Financeiro e Governança - Tributação	- Auditoria - Contabilidade Acadêmica - Contabilidade Financeira - Contabilidade Gerencial - Contabilidade Pública - Contabilidade Tributária - Perícia - Sistemas de Informações Contábeis	- Análises Financeiras - Auditoria - Contabilidade e Educação - Contabilidade e Governança - Contabilidade Gerencial - Contabilidade Pública - Contabilidade Social e Ambiental - Contabilidade Tributária - História da Contabilidade - Relatórios Financeiros - Sistemas de Informações Contábeis

Fonte: Elaborado pelos autores

Pode-se observar que os conhecimentos relacionados a Contabilidade Financeira, Pública, Gerencial e Tributária estão presentes em todos os estudos analisados, além da presença de outros temas que denotam a transversalidade das áreas da contabilidade com outras áreas do conhecimento.

Especificamente no setor público, pode-se dizer que a área contábil possui papel relevante, não limitado à prestação de contas dos cofres públicos ou ao cumprimento dos dispositivos legais e constitucionais para o desempenho da máquina pública, mas também como ferramenta de controle e gestão pública (NASCIMENTO, 2022).

Além disso, a administração pública é beneficiada pelo conhecimento de contabilidade, já que essa informação contribui para a governança no setor público e para o controle social com a geração de informações úteis à tomada de decisões pelos gestores públicos e pelos órgãos de controle (STN, 2009). A contribuição, portanto, não é apenas de forma a apresentar dados, mas também de criar informações úteis para as decisões dos diversos interessados, seja contribuindo do ponto de vista orçamentário (AZEVEDO; PIGATTO, 2020) como do ponto de vista gerencial e de desenvolvimento de políticas públicas (BITTI; AQUINO; CARDOSO, 2011; BORGES; MATIAS, 2011; SOUZA; RODRIGUES, 2022).

Por fim, a Contabilidade também é mecanismo institucional de responsabilização (*accountability*). As informações contábeis podem ter as prerrogativas de monitorar, controlar e fiscalizar os atos dos gestores públicos e assumem papel essencial para que a responsabilização ocorra de forma efetiva (SILVA NETO; SILVA; GONÇALVES, 2015).

2.2 Concursos Públicos e Eventos Avaliativos em Contabilidade

Os exames avaliativos são recorrentes na área de Contabilidade, tanto no cenário nacional como internacional. Tais exames são exigidos para a atuação profissional ou para a obtenção do diploma de curso superior (OLIVEIRA *et al.*, 2019). No Brasil os principais exames aplicados na Contabilidade são o ENADE e o Exame de Suficiência do CFC, além dos concursos públicos para ingresso nas carreiras da administração pública.

A compreensão da composição de tais exames contribui para todo o processo formativo na área, incluindo discussões sobre currículo e habilidades necessárias versus exigidas para o profissional contábil (BOSTWICK *et al.*, 2023; CARROZZO *et al.*, 2020).

Especificamente com relação aos concursos públicos, que representam o objeto da presente pesquisa, o Estado precisa de uma equipe capaz de atender às demandas da sociedade (CARVALHO, 2009). Para isso, torna-se essencial a seleção de profissionais inseridos em uma estrutura focada no cumprimento do interesse público. Nesse sentido, o principal formato de seleção de servidores públicos no Brasil ocorre por meio de concursos com cobrança de conhecimentos diversos (DI PIETRO, 2014).

O tema de concurso público apresenta frequente discussão na literatura acadêmica brasileira, predominantemente ao abordar aspectos sob perspectivas jurídicas e sociológicas, enquanto outras dimensões relevantes são menos contempladas, como as dimensões avaliativas e gerenciais (OLIVEIRA; CASTRO JUNIOR; MONTALVÃO, 2022).

Apesar disso, há pesquisas aplicadas e com análise de conteúdos programáticos como, por exemplo, Leal, Silva e Dalmau (2014), que analisaram as provas aplicadas aos candidatos para o cargo de Secretariado Executivo para verificar a pertinência dos conteúdos abordados para o desempenho das funções do cargo.

Especificamente na área de contabilidade, Freire *et al.* (2012) analisam concursos públicos e compararam os conteúdos programáticos de contabilidade pública com as diretrizes curriculares de Ciências Contábeis propostas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) de modo a verificar a aderência entre o que a profissão considera relevante com o que é exigido pelos concursos públicos.

A análise de conteúdos também está presente nos demais eventos avaliativos da área. Em geral, a principal crítica refere-se ao fato de as cobranças não possuírem relação direta com os interesses do mundo do trabalho e com as diretrizes curriculares da área (OLIVEIRA *et al.*, 2019). Esse descolamento

de cobranças pode levar o profissional habilitado a não suprir as demandas dos empregadores e, por consequência, causar menor atratividade dos profissionais da contabilidade ao mercado.

As diretrizes curriculares levam em consideração o perfil profissional demandado para a área, entretanto, nem sempre se observa que os conteúdos exigidos nos exames avaliativos estão em consonância com aquelas previstos para o profissional de contabilidade (NASU, 2021; SILVA *et al.*, 2024) e, em outros momentos, percebe-se que a formação superior em contabilidade pode apresentar limitações no ensino, inclusive, no que se refere ao conteúdo lecionado versus aquele exigido nos exames avaliativos (LORENZET; BIANCHI; MOSER, 2023).

Entende-se, portanto, que o conhecimento de contabilidade não é e nem deve ser restrito aos profissionais formados neste curso superior, sendo que mesmo para esses profissionais há limitações entre o que se ensina e o que se exige nos eventos avaliativos. Com base nisso, faz-se necessário conhecer as principais exigências desses conhecimentos para atuação dos mais diversos profissionais de forma a compreender se tais exigências estão consoantes às necessidades de cada público.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com base no objetivo da pesquisa, foram analisados os editais e as provas de concursos públicos – federais e estaduais – aplicados pelo Cespe/Cebraspe. Após isso, foram selecionados os concursos que exigiram conhecimentos relacionados à contabilidade, porém sem a exigência de diploma em ciências contábeis para posse no cargo.

Para consecução dessa análise, foi utilizado o método de análise categorial de conteúdo nos moldes de Bardin (2015). Para a criação das categorias, partiu-se da classificação inicial das áreas da contabilidade já descritas por Oliveira (2002).

3.1 Seleção da Amostra e Coleta dos dados

Inicialmente foi realizada uma exploração da população de eventos promovidos pelo Cespe/Cebraspe com a finalidade de obtenção de conhecimento acerca dos eventos realizados nos últimos anos. A população da pesquisa, portanto, englobou concursos públicos, federais e estaduais, promovidos e finalizados pelo Cespe/Cebraspe no período de 2013 a 2022.

A seleção da banca se deu em virtude de o Cespe/Cebraspe ser reconhecido como a banca mais relevante para aplicação de concursos no período (FONTAINHA *et al.*, 2015; FREIRE *et al.*, 2012). Além de sua relevância em termos de quantidade e de qualidade das provas aplicadas, entende-se que as bancas possuem um perfil e padrão reconhecido e específico de questões (MACÊDO *et al.*, 2016), o que levou à escolha de uma única banca para manter a visão de determinado padrão de questões.

Ainda, a consulta às demais bancas mostrou haver incompletude das informações e dificuldades de acesso a concursos anteriores, fato também observado por Freire *et al.* (2012), principalmente ao se considerar a temporalidade escolhida. Por fim, o período de análise foi determinado de forma a contemplar a totalidade de tempo desde a transformação do Cespe em Cebraspe, que ocorreu em 2013, já que, como apresentado, o padrão das bancas é diferente e essa mudança provocou também uma mudança no padrão (MACÊDO *et al.*, 2016).

Após a seleção do prazo e da banca alvo de análise, a coleta de dados se deu por meio dos editais e das provas disponíveis nos sítios eletrônicos do Cespe/Cebraspe. Inicialmente, foram analisados todos os eventos/editais dos concursos elaborados pela banca e, com isso, foram identificados aqueles que exigiam conteúdos programáticos de contabilidade.

Para se atingir o objetivo, foram mapeadas as formações exigidas para os cargos, de forma a identificar os cargos em que não era requerida formação específica para a posse do candidato, porém havia contabilidade como conteúdo no edital. Com base no exposto e considerando o período amostral, foram identificados 104 concursos que exigiam conhecimentos de contabilidade em seus editais. Desses, 28 concursos não requeriam formação específica para a investidura nos cargos, conforme Tabela 1.

Tabela 1 - Construção da amostra de concursos analisados

Ano	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Tota l	%
Total de concursos federais e estaduais	68	24	35	21	26	22	15	11	31	16	269	100%
Concursos com exigência programática de contabilidade	28	9	12	5	9	9	7	6	10	9	104	38,6%
Concurso com exigência programática de contabilidade e que não requer formação específica	8	2	2	0	3	3	2	1	6	1	28	10,4%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos editais disponíveis em www.cespe.unb.br e www.cebraspe.org.br.

A partir das informações expostas na Tabela 1 acerca dos concursos aplicados pela banca Cespe/Cebraspe, observa-se que foram realizados e concluídos 269 concursos públicos federais e estaduais entre os anos de 2013 e 2022. Desse total, 38,6% dos certames possuíam exigência de conteúdos de Contabilidade em seus editais e provas, o que denota a relevância e importância da disciplina tanto para o mercado de trabalho no setor público, quanto para o desenvolvimento das atividades de atribuição da administração pública.

Dada essa relevância e considerando o objetivo da pesquisa, observa-se que o conteúdo exigido em alguma área da Contabilidade não ocorre restritamente aos profissionais formados em Ciências Contábeis. Dito isso, a amostra analisada nessa pesquisa é composta dos concursos que

demandaram conhecimentos de Contabilidade, porém não exigiram formação específica na área para o ingresso nos cargos.

Nesse sentido, chegou-se à amostra de eventos. Do total de editais analisados, 28 apresentaram os requisitos necessários para a resposta ao objetivo de se analisar os conteúdos de contabilidade exigidos em concursos sem a necessidade de formação contábil. Com isso, entende-se que se utilizou a população de eventos dentro dos requisitos amostrais específicos. Após essa seleção, partiu-se para um conhecimento mais detalhados dos itens a serem analisados na pesquisa, que foram as questões/itens aplicados nos certames selecionados, conforme apresentado na Tabela 2.

Tabela 2 - Eventos/Questões de contabilidade por ano

Ano	Concursos	Cargos/Provas	Quantidade total de questões	Questões de conhecimentos básicos	Questões de conhecimentos específicos
2013	8	10	184	6	178
2014	2	2	26	10	16
2015	2	3	84	30	54
2016	0	0	0	0	0
2017	3	4	60	12	48
2018	3	4	81	0	81
2019	2	5	118	38	80
2020	1	1	42	0	42
2021	6	8	153	45	108
2022	1	1	6	0	6
Total Geral	28	38	754 100%	141 19%	613 81%

Fonte: Elaborado pelos autores

Os pontos de efetiva análise são os itens e as questões derivadas das provas de concursos presentes nos 28 certames selecionados. A partir desses editais, foram extraídas 38 provas de concursos realizadas ao longo do período determinado, já que alguns editais possuíam mais de um cargo que cumpriram os requisitos amostrais. No total, foram analisadas 754 questões/itens que se relacionaram a conhecimentos da contabilidade, em que 141 (19%) compunham o bloco de questões/itens de conhecimentos básicos e 613 (81%) o bloco de conhecimentos específicos.

Ressalta-se que o Cespe/Cebraspe possui um diferencial em suas provas, que podem ser tanto em formato de itens (certos/errados) quanto em formato de questões de múltipla escolha. A composição da amostra, portanto, possui um detalhamento de 641 itens e 113 questões, que chegam ao total analisado de 754, conforme Tabela 2. Com o objetivo de simplificação e coesão, as descrições serão feitas seja como “questões”, seja como “itens” nos resultados.

Ainda com relação ao perfil da amostra, sua composição englobou diversos cargos de nível superior da administração direta e indireta. O destaque foi para o cargo de auditor, que representou 50% dos cargos analisados. O restante da amostra foi composto por cargos como agente e escrivão de polícia e analista administrativo, legislativo e de controle.

Com base nessa construção, entende-se que a amostra supre os critérios de validade interna (INNABI, 2007) por ser representativa, variada e suficiente para a análise, já que configura o total de itens que cumprem os requisitos delimitados no objetivo da pesquisa.

3.2 Análise de Conteúdo

A classificação das questões foi baseada no modelo de análise categorial de conteúdo proposto por Bardin (2015), em que foram seguidos os quatro passos descritos pela autora: organização da análise, codificação, categorização e inferência (BARDIN, 2015).

A primeira etapa consistiu em uma leitura exploratória do material, a fim de compreender a extensão e a diversidade das questões presentes nos editais e nas provas selecionadas. Após a análise inicial, o modelo de codificação foi adaptado utilizando como base as categorias que representam as áreas da contabilidade (OLIVEIRA, 2002). Nesta adaptação, as categorias foram mantidas, entretanto, as subcategorias foram adaptadas com o objetivo de torna-las mais adequadas e aplicáveis ao contexto da pesquisa.

A construção do instrumento, assim como descrito em Bardin (2015), não foi fixa nem linear. Após a codificação baseada em Oliveira (2002), partiu-se para a classificação propriamente dita. Nesse trabalho de classificação, novas subcategorias foram incorporadas, adaptadas ou mais detalhadas. Essa retroalimentação do instrumento ocorreu ao longo de toda a análise, ou seja, assim que novas subcategorias eram incluídas, o instrumento era adaptado e a continuidade das classificações era mantida, sempre com o objetivo de refinar o instrumento ao objetivo da pesquisa. O instrumento final de codificação, que serviu como base para a classificação, está apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 - Classificação temática em categorias e subcategorias aplicadas à pesquisa

Categorias	Subcategorias
Auditoria Externa e Interna	- Controle de qualidade dos serviços de auditoria - Integração dos serviços de auditoria interna e externa - Planejamento do trabalho de auditoria e a avaliação dos riscos inerentes - Prestação de serviços de auditoria - Relatórios de auditoria
Contabilidade de Custos	- Cientificidade da contabilidade de custos - Métodos de custeio
Contabilidade Financeira	- Análise de investimentos - Equivalência patrimonial - Escrituração contábil e normas contábeis e fiscais - Reavaliação de ativos
Contabilidade Gerencial	- Análise das demonstrações contábeis - Análise de custos - Sistemas de informações gerenciais
Contabilidade Pública, Orçamento Público e Finanças Públicas	- Controle do patrimônio público - Controle interno [público] - Escrituração contábil e plano de contas aplicado ao setor público - Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público - Orçamento público
Teoria da Contabilidade	- Aspectos teóricos, conceituais e doutrinários

Em resumo, a análise de conteúdo envolveu a leitura exploratória do material, seguida pela codificação e classificação das questões de acordo com as categorias e subcategorias definidas pela pesquisa. Por fim, partiu-se para a inferência.

4 RESULTADOS E ANÁLISES

4.1 Representatividade da Contabilidade nas Provas de Concursos Públicos

A coleta da amostra, utilizada na presente pesquisa, se deu por meio da análise das provas de concursos públicos que exigiam conhecimentos de Contabilidade, mas não requeriam formação específica para a investidura nos cargos. Tais provas foram divididas em dois grandes grupos de conhecimentos: básicos e específicos. Apresenta-se, na Tabela 3, a divisão dos itens de Contabilidade em relação aos grupos de conhecimentos.

Tabela 3 - Itens/Questões por Grupos de Conhecimentos											
Ano	2013	2014	2015	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total	%
Itens de Conhecimentos Básicos	650	230	200	250	210	180	65	450	50	2.285	100,0%
Itens de Contabilidade nos Conhecimentos Básicos	6	10	30	12	0	38	0	45	0	141	6,2%
Itens de Conhecimentos Específicos	630	110	100	280	390	140	85	500	70	2.305	100,0%
Itens de Contabilidade nos Conhecimentos Específicos	178	16	54	48	81	60	42	128	6	613	26,6%
Total de Itens	1.280	340	300	530	600	320	150	950	120	4.590	100,0%
Total de Itens de Contabilidade	184	26	84	60	81	98	42	173	6	754	16,4%

Fonte: Elaborado pelos autores

Com base na Tabela 3, observa-se que a disciplina de contabilidade desempenha um papel significativo nos concursos públicos ao representar 16,4% de todos os itens e questões das provas analisadas. A partir desses resultados, entende-se que os conhecimentos de Contabilidade formam um componente relevante para os concursos públicos, o que demonstra uma valorização do tema pelos avaliadores e representa uma habilidade fundamental para o desempenho das atividades relacionadas à administração pública.

Em relação aos grupos de conhecimentos que dividem as provas, nota-se que os conteúdos de Contabilidade são predominantemente alocados nas provas de conhecimentos específicos. Nesse

sentido, depreende-se que tais conteúdos serão necessários para o cumprimento das atribuições dos cargos em questão.

Dessa forma, conclui-se que os conhecimentos de Contabilidade representam um percentual significativo nos concursos públicos abertos a qualquer área de formação, o que reforça sua importância não somente para o exercício da função pública de contadores, mas também para as demais áreas de formação.

Essa importância dada aos conhecimentos de contabilidade para atuação na esfera pública pode ser observada por meio das constantes exigências da transparência e compreensibilidade das informações contábeis em relação à prestação de contas da administração pública (PLATT NETO *et al.*, 2007). Um exemplo prático é a Lei de Responsabilidade Fiscal, principal normativo Federal que rege o planejamento do gasto público, a transparência dos órgãos do Estado, a responsabilização dos gestores públicos e o controle da administração governamental. Entende-se que tal conhecimento não deve ser restrito aos bacharéis em contabilidade, mas sim utilizado e aplicado por ampla parte dos profissionais do setor público.

4.2 Conteúdos Programáticos por Áreas da Contabilidade

Apresenta-se, na Tabela 4, a análise das classificações realizadas com base nas categorias gerais. Por não terem sido identificadas mudanças de padrão nas classificações em decorrência dos anos, a análise de resultados é apresentada de forma consolidada para os 10 anos que compõem o período amostral.

Tabela 4 - Questões por Área de Conhecimento

Áreas da Contabilidade	Questões/Itens	%
Contabilidade Pública, Orçamento Público e Finanças Públicas	215	29%
Contabilidade Financeira	210	28%
Auditoria Externa e Interna	129	17%
Teoria da Contabilidade	84	11%
Contabilidade Gerencial	66	9%
Contabilidade de Custos	50	6%
Total	754	100%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Dado que o patrimônio público é um dos principais objetos de controle da administração governamental, se espera que a área contábil de maior importância para o processo de seleção de servidores públicos seja aquela em que os aprovados possuirão contato direto ao exercer suas atribuições como representantes do Estado. Nesse sentido, em consonância com a literatura (FREIRE *et al.*, 2012), identificou-se que a maior quantidade de questões de contabilidade em

concursos públicos está relacionado à área de “Contabilidade Pública, Orçamento Público e Finanças Públicas”.

Tal resultado é diferente do observado em estudos que analisam questões do ENADE e do exame de suficiência do CFC, em que as questões de contabilidade pública são minoria frente ao total (NASU, 2021; OLIVEIRA *et al.*, 2019). Entretanto, devem ser observadas as especificidades de interesse das provas. As provas do ENADE e do CFC levam em consideração todo o conteúdo proposto para atuação profissional do bacharel em contabilidade descritas nas diretrizes curriculares do curso, já os concursos públicos são voltados para a seleção de servidores públicos e que atuarão na esfera da administração pública.

Com base nos resultados encontrados, mesmo para aqueles que não possuem formação em Ciências Contábeis, os conhecimentos exigidos sobre contabilidade pública são relevantes e representativos, o que denota a importância desse conhecimento como alicerce para a atuação do profissional na esfera pública como um todo.

A importância de conhecimentos sobre contabilidade pública exigidos nos concursos públicos ocorre também pelos assuntos cobrados por essa matéria, que são de interesse do Governo, como o Orçamento Público, as Finanças Públicas e o Planejamento do Setor Público. Ainda, tais conteúdos são compartilhados com outras disciplinas como Direito Administrativo e Administração Financeira e Orçamentária, o que demonstra a transversalidade da área e denota outro aspecto de relevância no interesse dos órgãos públicos ao exigirem tais conhecimentos de seus candidatos não contadores.

Agora consoante à literatura (NASU, 2021; OLIVEIRA *et al.*, 2019), porém com uma representatividade inferior, a área da Contabilidade Financeira também representou uma das principais temáticas (28%). Nesse caso, esse conteúdo engloba o conhecimento mais comum da Contabilidade, muitas vezes denominado de Contabilidade Geral. Tal temática abrange conteúdos mais gerais como a escrituração contábil, as normas de contabilidade e as demonstrações contábeis. Nesse sentido, entende-se que o conhecimento de contabilidade geral é base para que se possa haver a aplicação de conhecimentos em outras áreas da contabilidade (LORENZET; BIANCHI; MOSER, 2023).

A relevância da Contabilidade Financeira para o servidor público pode ser relacionada às aplicações para o controle do patrimônio público. Por meio desse controle, a administração pública é alimentada pelas informações contábeis internas dos órgãos estatais, o que possibilita o uso dessas informações para o gerenciamento da situação econômica e financeira, assim como base para a tomada das decisões mais pertinentes em prol da sociedade.

Ao considerar as funções dos servidores públicos, os conhecimentos contábeis são de interesse de todos os agentes que desempenham as atribuições relacionadas à disciplina, não só

aqueles com formação em contabilidade, mas também os possíveis usuários da informação gerada, que as utilizarão para gerenciar e controlar o patrimônio público.

Em terceiro lugar na classificação por relevância estão os conhecimentos em Auditoria (17%). Nos demais eventos avaliativos esse tema representou entre 4% (NASU, 2021) e 7% (OLIVEIRA *et al.*, 2019) dos conhecimentos exigidos. A explicação se deu pelo fato de que, em uma análise específica, observou-se que 19 dos 38 cargos analisados (50%) eram para seleção de auditores fiscais, de controle e do trabalho. Tal relevância acaba por justificar o peso desse conhecimento, já que possui relação direta com a atuação do auditor público.

Nesse sentido, para a atividade em cargos de auditor, é essencial não somente por atestar a qualidade e assertividade das demonstrações contábeis, mas também por gerir e programar os controles internos e externos da administração governamental.

Além da relevância para cargos específicos, outra possível explicação para o peso da Auditoria nos certames é que tal temática é diretamente relacionada à transparência que, por sua vez, é base para a responsabilização nos órgãos públicos, assim como uma das ferramentas mais importantes para o controle social do patrimônio público (COELHO; CRUZ; PLATT NETO, 2011). Com isso, tal conhecimento contribui como mecanismo de *accountability*, visto que fornece informações importantes para a responsabilização dos gestores da administração governamental pelos seus atos diante da governança do patrimônio público.

Apesar de os concursos selecionarem servidores que atuarão de forma prática, a temática Teoria da Contabilidade (11%) também se destacou. Tal categoria é composta por conteúdos em sua maioria teóricos, como epistemologia da contabilidade, princípios contábeis e aspectos conceituais relativos ao patrimônio (OLIVEIRA, 2002). Portanto, nota-se que os órgãos públicos também buscam servidores com conhecimentos conceituais em contabilidade, porém de forma menos relevante.

Apesar de sua relevância teórica, defende-se que a teoria da contabilidade é alicerce para o conhecimento das demais áreas da contabilidade, em especial a área financeira e a área pública (IUDÍCIBUS, 2012). Nesse sentido, conhecer as bases conceituais é relevante para um servidor público, já que tal conhecimento pode ser aplicado com mais clareza na prática e até mesmo nos demais conteúdos contábeis exigidos nos concursos.

Por fim, o restante da amostra é composto por Contabilidade Gerencial (9%) e Contabilidade de Custos (7%). Tais disciplinas são voltadas, principalmente, para a geração de informações que irão auxiliar a tomada de decisão dos gestores públicos.

Dessa forma, a exigência dessas temáticas para candidatos que não possuem formação em Contabilidade demonstra que os órgãos buscam servidores com capacidade de interpretar as informações contábeis geradas, mesmo que essas não façam parte dos objetivos finais de suas

atribuições como servidores públicos. O conhecimento nessas áreas possibilita ao servidor contribuir para otimizações financeiras e de processos nas mais diversas esferas públicas.

4.3 Subcategorias das Áreas da Contabilidade

A análise das subcategorias é apresentada de forma consolidada no período a que se refere este trabalho. A seguir, apresentam-se, na Tabela 5, as subcategorias, por área geral, utilizadas na classificação das questões.

Tabela 5 - Subcategorias das Temáticas Contábeis

Categorias	Subcategorias	Questões	% Total	% Categoria
Contabilidade Pública, Orçamento Público e Finanças Públicas	- Controle do patrimônio público	64	8,5%	29,8%
	- Escrituração contábil e plano de contas aplicado ao setor público	49	6,5%	22,8%
	- Controle interno [público]	44	5,8%	20,5%
	- Orçamento público	43	5,7%	20,0%
	- Normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público	15	2%	6,9%
Subtotal Contabilidade Pública, Orçamento Público e Finanças Públicas		215	29%	100%
Contabilidade Financeira	- Escrituração contábil e normas contábeis e fiscais	182	24,1%	86,7%
	- Análise de investimentos	16	2,1%	7,6%
	- Equivalência patrimonial	8	1,1%	3,8%
	- Reavaliação de ativos	4	0,5%	1,9%
Subtotal Contabilidade Financeira		210	28%	100%
Auditoria Externa e Interna	- Prestação de serviços de auditoria	62	8,2%	48,1%
	- Planejamento do trabalho de auditoria e a avaliação dos riscos inerentes	34	4,5%	26,3%
	- Controle de qualidade dos serviços de auditoria	16	2,1%	12,5%
	- Integração dos serviços de auditoria interna e externa	10	1,3%	7,7%
	- Relatórios de auditoria	7	0,9%	5,4%
Subtotal Auditoria Externa e Interna		129	17%	100%
Teoria da Contabilidade	- Aspectos teóricos, conceituais e doutrinários	76	10,1%	90,1%
	- Princípios e normas contábeis	8	1,1%	9,9%
Subtotal Teoria da Contabilidade		84	11%	100%
Contabilidade Gerencial	- Análise das demonstrações contábeis	33	4,4%	50%
	- Análise de custos	29	3,8%	43,9%
	- Sistemas de informações gerenciais	4	0,5%	6,1%
Subtotal Contabilidade Gerencial		66	9%	100%
Contabilidade de Custos	- Métodos de custeio	47	6,2%	94%
	- Cientificidade da contabilidade de custos	3	0,4%	6%
Subtotal Contabilidade de Custos		50	6%	100%
Total		754	100%	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Apesar de não estar dentro da categoria mais relevante, a subcategoria “Escrituração contábil e normas contábeis e fiscais”, pertencente à área de Contabilidade Financeira, foi a que apresentou maior relevância geral (24,1%). Além de sua relevância percentual, defende-se que tal subcategoria figura entre os temas de maior domínio dos estudantes de ciências contábeis e normalmente é apresentado nos inícios das graduações (LORENZET; BIANCHI; MOSER, 2023). Apesar de a atual pesquisa ser aplicada para concursos sem exigência de formação em contabilidade, a relevância dessa

subcategoria advém do fato de que tal subcategoria é base prática para aplicação contábil nas mais diversas áreas.

De forma similar, a segunda subcategoria mais relevante (“Aspectos teóricos, conceituais e doutrinários”) também não figurou no rol da categoria mais representativa. Tal subcategoria é composta de conteúdos como: objetivos e finalidades da contabilidade, estrutura conceitual da contabilidade, fundamentos da mensuração contábil entre outros. Mais uma vez, observa-se ser uma subcategoria que serve como base teórica e conceitual para as mais diversas áreas da contabilidade. Além disso, por ser uma subcategoria mais teórica, pode ser que tenha mais domínio por parte de não bacharéis em contabilidade, que podem não necessitar da aplicação prática para as atividades profissionais.

Com base nos resultados, percebe-se que os órgãos da administração pública exigiram mais conhecimentos teóricos de Contabilidade quando a formação em contabilidade não é uma exigência para o ingresso no cargo. De forma similar e aplicado para um ambiente contábil, pesquisa anterior também verificou um alto grau de cobrança de itens teóricos que envolvem predominantemente pontos de compreensão e conhecimento (ARANTES; SILVA, 2020). Tal fato demonstra a importância de se conhecer os fundamentos da área de forma geral, já que há menor nível de cobrança para aplicação prática e efetiva de conhecimentos específicos (ARANTES; SILVA, 2020). Diferentemente de Arantes e Silva (2020), essa visão faz sentido, já que os itens analisados foram de provas em que não se exigiu a formação de contador. Com isso, os conteúdos também são mais generalistas e menos aplicados no que se refere ao conteúdo contábil.

Após análise das subcategorias que apresentaram relevância geral, partiu-se para análise específica das categorias versus suas subcategorias. Na categoria de “Contabilidade Pública, Orçamento Público e Finanças Públicas”, observa-se que o Controle do Patrimônio Público é a subcategoria com maior representatividade dentro da temática de Contabilidade Pública (29,8% da categoria), de forma similar a Freire *et al.* (2012). Verifica-se, portanto, a continuidade na relevância do tema mesmo com uma amostra composta por eventos realizados 10 anos depois, já que tal ponto é o objeto da contabilidade pública conforme o MCASP.

Ainda dentro da categoria de “Contabilidade Pública, Orçamento Público e Finanças Públicas” notou-se a relevância da subcategoria “Escrituração Contábil e Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP)” (22,8% da categoria). Tal conteúdo ganhou maior destaque na Contabilidade do setor público a partir da convergência às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (IPSAS) em 2008 e da adoção do PCASP em 2013, período coincidente com o início da amostra da presente pesquisa, o que demonstra atualidade nas exigências da área.

Nesse sentido, sua relevância dentro da categoria revela a importância desta subcategoria, pois o alinhamento das contas públicas e da nova forma de escrituração não impactou somente os

profissionais formados em Ciências Contábeis, mas também todos os usuários da informação contábil pública, e principalmente os gestores do Estado. Portanto, justifica-se tal cobrança do conteúdo em concursos abertos para qualquer área de formação, visto que tal conhecimento é demandado em diferentes esferas do serviço público, independente da formação acadêmica dos agentes.

Da mesma forma, os conhecimentos exigidos em relação as “Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público” justificam-se também pela convergência da Contabilidade Governamental, assim como por se tratar de normas que devem ser seguidas pela administração ao elaborar suas Demonstrações Contábeis, porém sua expressividade foi a menor dentro da área, muito em decorrência de que seus conteúdos, embora pudessem fazer parte desta subcategoria, foram classificados em outras em virtude dos enfoques das questões.

Ainda, as subcategorias “Controle Interno” e “Orçamento Público” representam, cada uma, cerca de 20% da categoria de Contabilidade Pública presente na amostra. Sua cobrança está em consonância com atividades de fiscalização e auditoria, como é o caso mais metade dos eventos analisados, já que entre as funções do auditor estão a análise da efetividade dos controles e da aplicação orçamentária dos órgãos.

Por fim, assim como descrito em Freire *et al.* (2012), observou-se uma homogeneidade nas relevâncias das subcategorias da área “Contabilidade Pública”, com uma diversidade de conhecimentos exigidos nos concursos públicos abertos a qualquer área de formação. Entende-se, portanto, que o gestor público considera que os servidores serão demandados a possuir tais conhecimentos em atribuições diárias, independentemente de sua formação.

Essa homogeneidade é reforçada ao se observar que as subcategorias de Contabilidade Pública não foram as mais presentes individualmente. Tal achado reforçou que existem diversos tópicos com relevância para os certames públicos dentro dessa categoria para atuação do profissional no setor público.

A segunda temática mais representativa foi “Contabilidade Financeira”, o que corrobora que esta é uma das principais áreas da Contabilidade (CORNACHIONE JR; NOVA; TROMBETTA, 2007; LORENZET; BIANCHI; MOSER, 2023; OLIVEIRA, 2002; OLIVEIRA *et al.*, 2019; SCHIAVI; BEHR, 2020; VILLIERS; HSIAO, 2018).

Diferentemente da área de contabilidade pública, na contabilidade financeira as subcategorias se apresentaram de forma mais heterogênea, com relevância para os conteúdos relacionados à subcategoria “Escrituração Contábil e Normas Contábeis e Fiscais”, que já foi discutida anteriormente.

De forma geral, observou-se que os conteúdos programáticos dessa subcategoria são vistos pelos organizadores como de relevância para a condução das atribuições do profissional na Administração Pública, pois estes poderão ser requisitados em diferentes âmbitos do serviço público,

independentemente da formação do servidor, já que muitos servidores públicos não atuam apenas em questões contábeis relacionadas ao seu empregador, mas também na fiscalização e auditoria.

Com base no exposto, discute-se como exemplo o trabalho de um Auditor Fiscal da Receita Estadual de Alagoas, cargo este que fez parte da composição da amostra. Nesse caso, o candidato aprovado, ao exercer a função, poderá utilizar conhecimentos relacionados às normas de contabilidade para identificar possíveis problemas presentes nas demonstrações financeiras das entidades. De forma a corroborar, é previsto como atribuição do cargo no edital do certame: “examinar a contabilidade e demais registros de pessoas jurídicas ou equiparadas, pessoas físicas, órgãos, entidades, fundos e demais contribuintes”, o que leva tal conhecimento a reforçar a qualidade do servidor no exercício de suas funções e a relevância de sua exigência.

O restante da temática “Contabilidade Financeira” foi composto por outras subcategorias diversas, como “Análise de Investimentos” (7,6%), “Equivalência Patrimonial” (3,8%) e “Reavaliação de Ativos” (1,9%). Tais subcategorias não apresentam alta representatividade em relação a amostra total, mas dentro da área de Contabilidade Financeira se mostram como possíveis conhecimentos de Contabilidade exigidos nos concursos públicos abertos a qualquer formação. Tais conhecimentos são defendidos como de menor conhecimento dos candidatos por pesquisa anterior (LORENZET; BIANCHI; MOSER, 2023) e podem demonstrar a aplicação de um perfil de cobrança por parte da banca avaliadora.

Em relação aos conhecimentos de “Auditoria Externa e Interna”, as subcategorias Prestação de serviços de auditoria e Planejamento do trabalho de auditoria e a avaliação dos riscos inerentes, representaram, juntas, aproximadamente 75% do total da categoria. Infere-se que o motivo para a cobrança desses conhecimentos nos certames pode ser explicado pelo fato de que tais temáticas impactam diretamente os controles internos, as contas e a gestão dos recursos públicos e tais áreas são diariamente auditadas. Nesse caso, percebe-se uma preocupação maior com a execução da auditoria propriamente dita, algo que estaria relacionado às atribuições, já que 50% dos cargos analisados foram para seleção de auditor.

De forma aplicada, observou-se a importância dos assuntos relacionados aos riscos de auditoria, que são relevantes no contexto público para se mitigar ocorrências que afetam negativamente a qualidade e confiabilidade das informações e controles da administração pública. Nesse sentido, tais conteúdos de Auditoria têm relação direta com a transparência da informação e sua aplicação possibilita a correta responsabilização dos agentes para o adequado controle social (COELHO; CRUZ; PLATT NETO, 2011).

Em relação aos conhecimentos atrelados à temática de Contabilidade de Custos, a subcategoria Métodos de custeio é a mais representativa. A cobrança desse conhecimento justifica-se pela importância da mensuração dos custos no setor público, que têm como finalidade principal

auxiliar a gestão governamental. Dessa forma, os conhecimentos relacionados a esta subcategoria são pertinentes para servidores da administração pública, mesmo àqueles que não possuem formação em Contabilidade.

Ainda, pode-se afirmar que a importância de conhecimentos relacionados à Contabilidade de Custos expandiu, no âmbito das exigências programáticas dos concursos públicos, após a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade e a implementação dos Sistemas de Informações de Custos em todas as esferas governamentais, ao final da década de 2000.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo identificar, classificar e analisar os conteúdos programáticos de Ciências Contábeis existentes nos concursos públicos federais e estaduais em que não se exigiu formação superior específica em contabilidade. Para tanto, foram analisadas as questões presentes nas provas de concursos federais e estaduais aplicadas pela banca Cespe/Cebraspe no período de 2013 a 2022 a fim de se classificar tais questões de acordo com as áreas da Contabilidade descritas por Oliveira (2002).

Existem diversos eventos avaliativos que exigem conhecimentos de contabilidade. Especificamente para a formação/atuação de contadores pode-se citar o exame de suficiência do CFC e o ENADE (OLIVEIRA *et al.*, 2019). Porém, de forma mais ampla, há os concursos públicos para seleção de servidores para atuar na administração pública. Nesses casos, pode haver ou não a exigência de formação superior em contabilidade.

É esperado que os conteúdos de contabilidade apresentem relevância nos concursos em que a área de formação exigida para o cargo seja em “Ciências Contábeis”, porém a intenção na presente pesquisa foi a de verificar o que é exigido de conhecimento em contabilidade para cargos na esfera pública em que não haja tal exigência de formação superior em Ciências Contábeis de forma a demonstrar a possível transversalidade da área e a sua importância no funcionamento da administração pública.

Os resultados demonstraram que os principais assuntos de Contabilidade exigidos nas provas de concursos públicos que requerem tal conhecimento, mesmo para os que não possuem formação em Ciências Contábeis, foram de duas áreas: Contabilidade Pública, Orçamento Público e Finanças Públicas (29%) e Contabilidade Financeira (28%). O restante da amostra contemplou as seguintes áreas: Auditoria Externa e Interna (17%), Teoria da Contabilidade (11%), Contabilidade Gerencial (9%) e Contabilidade de Custos (6%).

Os itens também foram classificados em subcategorias das grandes áreas da Contabilidade, com o propósito de verificar, de forma mais aprofundada, quais conteúdos mais cobrados nas provas analisadas. Observou-se que a subcategoria mais presente foi: “Escrituração contábil e normas contábeis e fiscais (24,14% do total). Outras subcategorias também tiveram destaque diante a amostra, como: Aspectos teóricos, conceituais e doutrinários (10,21%), Controle do patrimônio público (8,49%), Prestação de serviços de auditoria (8,22%), Métodos de custeio (6,23%) e Orçamento público (5,70%).

De forma a corroborar a relevância da contabilidade como área transversal no setor público, os certames exigiram diversos conhecimentos da área contábil mesmo para os cargos em que não foi exigida formação em Ciências Contábeis. Isso pode ser interpretado principalmente ao se observar a importância da Ciência Contábil em viabilizar dados orçamentários, econômicos, financeiros e patrimoniais que subsidiam a *accountability*, o planejamento, o processo decisório, a transparência e o controle do patrimônio público.

Em geral, as pesquisas defendem um certo descolamento entre os conteúdos exigidos e as habilidades profissionais descritas nas atribuições dos cargos e esperadas pelo mercado de trabalho (LEAL; SILVA; DALMAU, 2014). Entretanto, assim como presente em outros eventos avaliativos na área de contabilidade, nesta pesquisa se observou maior peso de cobrança para a área de contabilidade geral/societária. Tal ponto pode ser defendido como relevante para a atuação na esfera pública, já que esse conhecimento representa um alicerce geral para a atuação profissional em assuntos que tangenciam contabilidade. Considerando o exposto, torna-se cada vez mais relevante conhecer os conteúdos exigidos em eventos avaliativos da área de forma a auxiliar na preparação e, também, para subsidiar os organizadores dos eventos acerca das críticas para uma melhor qualidade na aplicação de exames avaliativos com cobranças de assuntos da contabilidade.

Nesse sentido, por mais que haja defesas, todas válidas, sobre a ideologia dos concursos por meio de cobranças ilusórias (FONTAINHA *et al.*, 2015), o academicismo das cobranças desconectado das exigências do cargo (OLIVEIRA; CASTRO JUNIOR; MONTALVÃO, 2022) e a falta de pertinência dos conteúdos cobrados com relação às exigências de formação (LEAL; SILVA; DALMAU, 2014), nas provas/editais analisados, esse fenômeno não foi observado. Na amostra aqui analisada os conteúdos demonstram relação direta com as atribuições de profissionais não contadores na esfera pública, como apresentado ao longo das discussões.

A área pública é uma das principais perspectivas profissionais dos discentes de Ciências Contábeis (FERREIRA *et al.*, 2020; FREIRE *et al.*, 2012; MAGALHÃES *et al.*, 2022; PANUCCI-FILHO, 2012). Nesse sentido, a presente pesquisa contribui de forma prática com aqueles que optam por seguir carreira no setor público, já que apresenta, sob um método científico, as principais áreas/temas de cobrança de assuntos sobre contabilidade em concursos públicos.

Ainda, como a amostra foi composta por cargos que abrangem qualquer área de formação, existe uma contribuição didática ao se discutir a relevância dos conteúdos para os demais profissionais. Tal discussão auxilia os candidatos a encontrarem relevância e contexto prático na área e proporciona conhecimento para que possam direcionar seus estudos e melhor aproveitar as oportunidades no serviço público. Se aprovados, esses conhecimentos também serão importantes para contribuição durante sua atuação profissional.

Também há uma contribuição teórica ao se demonstrar que, diferentemente de críticas acerca da baixa qualidade das cobranças e sobre a desconexão entre conteúdos cobrados e a prática profissional na administração pública (FONTAINHA *et al.*, 2015; LEAL; SILVA; DALMAU, 2014; OLIVEIRA; CASTRO JUNIOR; MONTALVÃO, 2022), para as questões de contabilidade observou-se que existe uma conexão entre os temas cobrados e a atuação de profissionais em diversas áreas da administração pública que possuem envolvimento com aspectos contábeis. Essas questões podem servir como parâmetro para que outras áreas se adaptem às necessidades do serviço público em suas seleções. Por fim, contribui-se sob o aspecto metodológico ao se utilizar um instrumento de pesquisa oriundo do conhecimento acadêmico (OLIVEIRA, 2002) e adaptá-lo a uma aplicação prática na contabilidade.

Ressalta-se que a presente pesquisa se limitou ao uso de uma das diversas bancas examinadoras que realizam concursos públicos no Brasil. Dessa forma, os conteúdos programáticos exigidos nas provas podem ser diretamente impactados pelo viés da banca (MACÊDO *et al.*, 2016). Portanto, para pesquisas futuras sugere-se a análise de provas e editais de concursos realizados por outras bancas examinadoras.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, D. A.; SILVA, D. M. Análise do nível cognitivo do exame de suficiência contábil na perspectiva da taxonomia de Bloom. **Contabilidade Vista & Revista**, v. 31, n. 2, 2020.
- AZEVEDO, R. R. DE; PIGATTO, J. A. M. Raízes da contabilidade orçamentária e patrimonial no Brasil. **Revista de Administração Pública**, 2020.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2015.
- BITTI, E. J. S.; AQUINO, A. C. B.; CARDOSO, R. L. Adoção de Sistemas de Custos no Setor Público: Reflexões Sobre a Literatura Nacional Veiculada em Periódicos Acadêmicos. **Revista Universo Contábil**, 2011.
- BORGES, T. B.; MATIAS, M. A. Contabilidade Gerencial no setor público: o caso de Minas Gerais. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, 2011.
- BOSTWICK, E. D. *et al.* Updating the MAcc curriculum in response to stakeholder needs and CPA exam changes: Resources and results from one School's journey. **Journal of Accounting Education**, v. 64, p. 100857, set. 2023.

- CARROZZO, N. F. T. S. *et al.* Reflexividade do exame de suficiência frente ao estabelecido pelo currículo mundial ONU/UNCTAD/ISAR e a eixos de competências requeridas dos profissionais da área contábil. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 17, n. 45, p. 82–99, 28 set. 2020.
- CARVALHO, R. M. U. DE. Aspectos relevantes do concurso público. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais**, 2009.
- COELHO, M. C.; CRUZ, F.; PLATT NETO, O. A. A Informação Contábil como Ferramenta de Auxílio no Exercício do Controle Social. **Contabilidade Vista & Revista**, 2011.
- CORNACHIONE JR, E.; NOVA, S. P. D. C. C.; TROMBETTA, M. R. Educação on-line em contabilidade: propensão e aspectos curriculares. **Revista Contabilidade & Finanças**, 2007.
- DI PIETRO, M. S. Z. **Direito Administrativo**. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
- FERREIRA, D. *et al.* Expectativas Profissionais dos Ingressantes no Curso de Graduação em Ciências Contábeis: Um Estudo em uma Instituição de Ensino Superior. **Revista Mineira De Contabilidade**, 2020.
- FONTAINHA, F. C. *et al.* O concurso público brasileiro e a ideologia concurseira. **Revista Jurídica da Presidência**, 2015.
- FREIRE, F. DE S. *et al.* Um Estudo das Exigências Programáticas em Contabilidade Pública nos Concursos Públicos Organizados pelo Cespe. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 6, n. 4, 2 set. 2012.
- GUERREIRO, R.; FREZATTI, F.; CASADO, T. Em busca de um melhor entendimento da contabilidade gerencial através da integração de conceitos da psicologia, cultura organizacional e teoria institucional. **Revista Contabilidade & Finanças**, 2006.
- INNABI, H. A. Factors Considered by Secondary Students When Judging the Validity of a Given Statistical Generalization. **International Electronic Journal of Mathematics Education**, v. 2, n. 3, p. 168–186, 12 dez. 2007.
- IUDÍCIBUS, S. Teoria da Contabilidade: Evolução e Tendências. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, 2012.
- IUDÍCIBUS, S. DE; MARTINS, E.; CARVALHO. Contabilidade: aspectos relevantes da epopéia de sua evolução. **Revista Contabilidade & Finanças**, 2005.
- LEAL, F. G.; SILVA, A. C. F.; DALMAU, M. B. L. Análise das Avaliações dos Concursos Públicos Realizados pelas IFES para o Cargo de Secretário-Executivo sob a Ótica da Gestão por Competência. **Revista de Ciências da Administração**, 2014.
- LORENZET, L.; BIANCHI, M.; MOSER, J. T. Aderência dos Planos de Ensino às exigências do Exame de Suficiência e a percepção dos Discentes de contabilidade sobre o domínio dos conteúdos de Contabilidade Societária. **ConTexto - Contabilidade em Texto**, v. 23, n. 55, p. 20–36, 2023.
- MACÊDO, D. F. D. *et al.* Análise do concurso público como instrumento de seleção de pessoal no setor público: percepção de um grupo de servidores de instituições federais de ensino superior. **Revista Sociais e Humanas**, v. 29, n. 1, p. 92, 19 jul. 2016.
- MAGALHÃES, V. V. C. *et al.* Fatores determinantes da carreira dos discentes de Ciências Contábeis da região Nordeste. **Pensar Contábil**, v. 23, n. 83, p. 16–29, 2022.

MIRANDA, C. S.; ARAÚJO, A. M. P.; MIRANDA, R. A. M. Perfil e expectativas dos ingressantes do curso de ciências contábeis: um estudo em instituições de ensino superior do interior paulista. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, 2015.

NASCIMENTO, E. O Papel da Contabilidade na Administração Pública. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, 2022.

NASU, V. H. Desempenho por conteúdo no Exame de Suficiência do CFC: uma investigação a partir da teoria do Currículo. **Revista Brasileira de Contabilidade**, n. 249, p. 15–27, 2021.

OLIVEIRA, A. B. S.; CASTRO JUNIOR, J. L. P.; MONTALVÃO, S. S. O mito da meritocracia: academicismo e falhas metodológicas nos concursos públicos brasileiros. **Revista de Administração Pública**, 2022.

OLIVEIRA, M. C. Análise dos periódicos Brasileiros de contabilidade. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 13, p. 68–86, ago. 2002.

OLIVEIRA, V. M. D. *et al.* Uma análise comparativa de conteúdo contábil do exame de suficiência do CFC e do exame nacional de desempenho de estudantes (ENADE): Uma expectativa do mercado de trabalho. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 20, n. 3, p. 20–33, 7 nov. 2019.

PANUCCI-FILHO, P.-F. Perspectivas Profissionais dos Estudantes de Ciências Contábeis. **Revista Ciências Sociais Em Perspectiva**, 2012.

PLATT NETO, O. A. *et al.* Publicidade e Transparência das Contas Públicas: obrigatoriedade e abrangência desses princípios na administração pública brasileira. **Contabilidade Vista & Revista**, 2007.

SANTOS, R. C. *et al.* Where to Act in Accounting? The Academic Indication: I Will be Accountant, Expert or Auditor in this Universe Called Work versus Profession. **Pensar Contábil**, 2019.

SCHIAVI, G. S.; BEHR, A. Características dos diferentes modelos de negócios contábeis em relação às áreas da Contabilidade. **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, 2020.

SILVA NETO, A. F.; SILVA, J. D. G.; GONÇALVES, R. S. Contabilidade Aplicada ao Setor Público como Mecanismo Institucional Estatal de Melhoria da Accountability. **Reunir: Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade**, 2015.

SILVA, P. B. D. *et al.* Avaliações de carreira: o exame de suficiência em Contabilidade e os conteúdos com os mais baixos índices de acertos. **Revista de Carreiras e Pessoas**, v. 14, n. 1, p. 99–117, 3 jan. 2024.

SOUZA, E. A.; RODRIGUES, E. C. C. Usabilidade dos Sistemas de Custos. **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, 2022.

STN. **Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público**. 2009.

VILLIERS, C.; HSIAO, P.-C. K. A review of accounting research in Australasia. **Accounting & Finance**, 2018.